

Apresentação do Plano de Governo

Candidato: Alan Souza da Silva

Vice: Marcia Regina de Abreu

Federação: Brasil da Esperança (PT, PV, PCdoB)

Chapa: "Transformando sonhos em realidade: Um novo caminho para Vilhena"

Apresentação

Vilhena merece uma administração que se comprometa verdadeiramente com a transformação dos sonhos em realidade. Com a chapa "Transformando sonhos em realidade: Um novo caminho para Vilhena", liderada por Alan Souza da Silva e Marcia Regina de Abreu, apresentamos um plano de governo focado em resolver os problemas do dia a dia de nossa população, oferecendo soluções que impactam diretamente a vida de cada cidadão.

Nosso compromisso é trazer melhorias concretas e sustentáveis em áreas essenciais como segurança municipal, onde trabalharemos para garantir tranquilidade e proteção a todos. Na educação, nossa proposta é qualificadora e emancipadora, garantindo que nossas crianças e jovens tenham oportunidades reais de crescer e se desenvolver.

Ampliar os programas de assistência social é uma de nossas prioridades, pois entendemos que cuidar das pessoas mais vulneráveis é fundamental para construir uma sociedade mais justa. Também vamos aumentar o número de creches, proporcionando tranquilidade às mães e pais que precisam trabalhar, sabendo que seus filhos estão bem cuidados.

Olharemos com atenção especial para a periferia e os bairros com baixa infraestrutura, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos de qualidade. Transparência será um pilar central de nossa gestão, com uma administração pautada pela competência e pelo respeito ao dinheiro público.

Vamos oferecer uma saúde digna, onde cada pessoa seja tratada com respeito e tenha acesso a um atendimento de qualidade. Além disso, implementaremos um transporte coletivo eficiente para que o trabalhador vilhenense tenha mais comodidade e segurança em seus deslocamentos.

Estamos aqui para transformar sonhos em realidade e trilhar um novo caminho para Vilhena. Com coragem, determinação e compromisso com o bem-estar de todos, vamos construir juntos uma cidade mais justa, humana e acolhedora.

Compromisso com a Assistência Social

A cidade de Vilhena, com 4,93 mil famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, tem um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade única de construir uma rede de proteção social que seja efetiva e humanizada. Nossa gestão propõe um conjunto de ações voltadas à ampliação e qualificação da assistência social, baseando-se nos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

1. Expansão e Qualificação das Unidades Públicas de Assistência Social

- **Maior Cobertura de Serviços:** Expandir e qualificar as Unidades Públicas de Assistência Social - CRAS e CREAS - para que possam atender de forma mais eficaz as demandas da população. Isso incluirá a criação de novas unidades em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade social.
- **Apoio ao CadÚnico:** Garantir que o Cadastro Único (CadÚnico) tenha recursos humanos suficientes e qualificados para atender à demanda da população, sistematizando os dados e transformando-os em informações que subsidiem o planejamento da gestão e ações do trabalho social.
- **RG para todos:** Buscar junto ao Governo do Estado, soluções para a emissão do Registro de Identidade, considerando que é um documento essencial para a população e que tem, principalmente para mães, sido um grande desafio a sua obtenção.

2. Fortalecimento da Estrutura e da Valorização dos Trabalhadores

- **Valorização e Capacitação dos Trabalhadores:** Implementar ações que valorizem os trabalhadores da assistência social, garantindo condições dignas de trabalho e despreciação. Um programa de educação permanente será criado para a formação continuada desses profissionais, buscando a excelência no atendimento à população.
- **Educação Popular e Conselhos Populares:** Implantar programas de formação e educação popular no SUAS, além de criar Conselhos Populares Locais de Assistência Social nos territórios de CRAS. Esses conselhos terão um papel fundamental no acompanhamento, avaliação e melhoria contínua da política de assistência social.

3. Ampliação dos Serviços de Proteção Social

- **Apoio às Mulheres em Situação de Violência:** Ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, implementando programas específicos que busquem a redução da desigualdade de gênero e a proteção das vítimas.
- **Reordenamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente:** Intensificar a participação das demais políticas públicas e articulação com o Sistema de Justiça, ampliando a proteção e apoio a esses públicos vulneráveis.
- **Programas de Fomento à Autonomia:** Criar programas voltados à juventude, trabalhadores informais, desempregados e mulheres, que incentivem a autonomia e a inserção no mercado de trabalho.

4. Integração de Políticas e Serviços

- **Parcerias com a Saúde:** Desenvolver serviços integrados com a saúde, especialmente voltados à saúde mental e ao atendimento domiciliar para famílias com membros que demandam cuidados contínuos. Esses serviços inovadores terão foco no cuidado humanizado e na promoção da saúde dentro dos lares.
- **Fomento à Integração entre Políticas de Assistência Social e Trabalho:** Promover a integração entre as políticas de Assistência Social, trabalho, renda e economia solidária, ampliando o acesso à renda e a inserção diferenciada no mundo do trabalho.

5. Desenvolvimento de Programas Municipais de Transferência de Renda

- **Complementaridade ao Bolsa Família:** Construir programas municipais de transferência de renda que sejam complementares ao Bolsa Família, garantindo que mais famílias possam sair da situação de vulnerabilidade e conquistar autonomia.
- **Apoio a Grupos Vulneráveis:** Regulamentar e conceder benefícios eventuais para atender situações de vulnerabilidade social temporária, especialmente para jovens egressos de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes e pessoas em situação de rua.

6. Enfrentamento à Pobreza e Inclusão Social

- **Projetos de Enfrentamento à Pobreza:** Implantar projetos que articulem investimentos técnicos e financeiros para grupos populares, priorizando mulheres e jovens, e integrando essas iniciativas ao Bolsa Família.
- **Modelo Municipal de Integração de Serviços:** Desenvolver um modelo municipal que integre serviços, benefícios e defesa de direitos, articulando as políticas setoriais e transversais, como Saúde, Educação, Trabalho, Juventude, Cultura, Segurança Alimentar, Igualdade Racial e População de Rua.

Propostas para a Área Urbana de Vilhena

Programa Municipal de Políticas Urbanas: Reduzindo Desigualdades e Promovendo a Sustentabilidade

Nossa visão para Vilhena parte da premissa de que a cidade deve ser um espaço de inclusão, justiça social e sustentabilidade. A partir deste compromisso, apresentamos o Programa Municipal de Políticas Urbanas, que se organiza em torno de dois eixos principais: a **redução das desigualdades urbanas** e a **transição ecológica e climática**. Nossa gestão trabalhará para integrar as áreas de habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente, alinhando-as com as políticas urbanas, ambientais e econômicas para garantir o direito à cidade a todos os vilhenenses.

Redução das Desigualdades Urbanas

1. Combate à Desigualdade no Acesso à Terra:

- Priorizar a inclusão de famílias de baixa renda no acesso à terra e moradia, utilizando recursos do programa Minha Casa Minha Vida e, quando possível, complementando com investimentos municipais. Nosso objetivo é garantir moradia digna para todos, especialmente para aqueles que mais precisam.

2. Universalização do Acesso à Água e Saneamento:

- Tornar o acesso à água potável e saneamento básico uma realidade para todos os moradores, independentemente da localização.

Adaptações às Mudanças Climáticas

1. Drenagem Urbana e Obras de Contenção:

- Investir em infraestrutura de drenagem e escoamento de águas em áreas que há anos vem sofrendo com alagamentos de ruas prejudicando a vida do trabalhador e do empresário.

2. Defesa Civil Participativa:

- Instituir um sistema de Defesa Civil que envolva amplamente a sociedade, especialmente as comunidades mais vulneráveis, para responder de forma eficaz a emergências climáticas.

3. Revisão do Plano Diretor:

- Revisar o Plano Diretor de Vilhena e a legislação urbanística, incorporando as demandas da política climática, visando uma cidade mais sustentável e resiliente.

4. Arborização e Áreas Verdes:

- Expandir a arborização urbana, criando mais áreas sombreadas e espaços verdes como parques e praças. A arborização pública será intensificada, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Habitação de Interesse Social

1. Habitação para Renda de Até 3 Salários Mínimos:

- Desenvolver uma política habitacional voltada para a população com renda de até 3 salários mínimos, que representa a maioria do déficit habitacional. A gestão municipal atuará como promotora do programa Minha Casa Minha Vida e apoiará iniciativas de autogestão na construção de moradias.

2. Agenda Municipal para Áreas Vulneráveis:

- Criar uma agenda prioritária para as áreas de maior vulnerabilidade, com programas de aceleração do crescimento e melhoria da infraestrutura, garantindo dignidade e qualidade de vida para todos.

Mobilidade como Direito Fundamental

1. Políticas de Transporte e Mobilidade:

- Investir e promover políticas de transporte e mobilidade urbana, superando a visão limitada de apenas gerenciar contratos de concessão. Implementaremos um **Fundo de Mobilidade** para garantir investimentos contínuos e sustentáveis.

2. Controle Social e Participação:

- Estabelecer mecanismos de controle social, como Conselhos de Usuários, audiências e consultas públicas, para que a população participe ativamente das decisões sobre transporte e mobilidade.

3. Acessibilidade Universal:

- Garantir a acessibilidade universal em todos os setores e projetos, atendendo às necessidades das pessoas com deficiência e garantindo que todos possam acessar o espaço público com dignidade.

4. Corredores de Ônibus e Bilhetagem Eletrônica:

- Avançar na criação de corredores de ônibus e implantar um serviço público de bilhetagem eletrônica, facilitando o acesso ao transporte coletivo e melhorando a mobilidade urbana.

5. Ampliação da Rede Ciclovária:

- Expandir a rede ciclovária, garantindo a segurança dos ciclistas e incentivando o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável. Programas de promoção do uso da bicicleta serão implementados, visando a construção de uma cidade mais saudável e menos poluída.

Com essas propostas, pretendemos transformar Vilhena em uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável, onde todos os cidadãos possam viver com dignidade, segurança e oportunidades.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Construindo uma Cidade Inclusiva, Moderna e Sustentável

Para transformar Vilhena em uma cidade inclusiva, moderna, sustentável e inovadora, é essencial integrar as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) com o desenvolvimento urbano. A seguir, apresentamos as principais diretrizes para atingir esse objetivo, destacando a importância de uma gestão participativa, acessível e orientada para o bem-estar da população.

Inclusão, Inovação e Sustentabilidade

1. Fortalecimento dos Ecossistemas de CT&I:

- Articular os planos de gestão municipal com programas e ações do governo federal para fortalecer os ecossistemas de CT&I, promovendo a inovação em Vilhena.

2. Fomento à Transformação Digital:

- Incentivar o desenvolvimento de novos negócios, especialmente startups voltadas para tecnologias da informação e comunicação, contribuindo para a modernização da economia local.

3. Agenda de Inclusão Social e Sustentabilidade:

- Implementar políticas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida, utilizando a inovação como ferramenta central.

4. Participação Popular no Planejamento e Gestão:

- Garantir que a população participe ativamente no planejamento e gestão das infraestruturas e serviços públicos, fortalecendo a democracia participativa.

5. Projetos Cooperativos e Alianças entre Cidades:

- Facilitar o intercâmbio de informações e a modelagem de projetos cooperativos, promovendo alianças entre cidades para compartilhar soluções inovadoras.

6. Transversalidade das Políticas:

- Integrar as áreas de inclusão digital, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública e modernização administrativa, com um enfoque transversal que potencialize os impactos das políticas públicas.

7. Conectividade e Equipamentos Públicos:

- Assegurar a conectividade de equipamentos públicos, como escolas, bibliotecas e salas de leitura, e avaliar a distribuição de chips de celular para professores da rede pública de ensino.

8. Letramento Digital e Informacional:

- Desenvolver programas de letramento digital e informacional, capacitando a população para navegar no mundo digital e combatendo a desinformação e as fake news.

CT&I em Interação com Áreas Essenciais

Saúde

1. Atenção Básica e Plataformas Digitais:

- Fortalecer a atenção básica com o uso de plataformas digitais que permitam a utilização de dispositivos móveis por agentes de saúde e consultas online, especialmente para áreas de difícil acesso.

2. Capacitação e Tecnologia em Saúde:

- Promover a capacitação de profissionais de saúde através de tecnologias digitais, como telemedicina e diagnóstico remoto, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços.

3. Gestão do SUS e Conectividade:

- Aprimorar a atuação do município na gestão do SUS, com políticas de modernização administrativa e tecnológica, e buscar conexão em banda larga para as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Educação

1. Colaboração com Instituições de Ensino Superior:

- Trabalhar em parceria com instituições de ensino superior para desenvolver conteúdos e formar professores, promovendo a educação de qualidade.

2. Infraestrutura Tecnológica para Escolas:

- Prover infraestrutura tecnológica nas escolas municipais com plataformas digitais interativas, facilitando a gestão, o desenvolvimento de projetos pedagógicos e o diálogo com as famílias.

3. Centros Vocacionais Tecnológicos:

- Criar centros vocacionais tecnológicos conectados aos sistemas estadual e federal de CT&I, além de promover a popularização da ciência em espaços públicos.

4. Educação em STEM:

- Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, preparando as novas gerações para os desafios do futuro.

5. Ampliação da oferta de vagas nas escolas:

- Ampliar a oferta de vagas em escolas e creches do município através da construção de mais unidades educacionais através de estudo que leve em consideração a demanda das regiões da cidade.

Mobilidade

1. Sistema de Gestão de Dados Urbanos:

- Implementar um sistema de gestão de dados e informações técnicas para o planejamento urbano e das redes de transporte, garantindo que as políticas sejam orientadas pelas necessidades dos cidadãos.

2. Acessibilidade Universal:

- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores e sinalização adequada.

3. Informações ao Cidadão:

- Implementar sistemas de informações ao cidadão, acessíveis por aplicativos e painéis públicos, com obrigatória identificação em braille e apoio sonoro para deficientes visuais.

Segurança Pública

1. Conselhos de Direitos Humanos Digitais:

- Criar conselhos para discutir os limites éticos dos sistemas de vigilância e combater a discriminação algorítmica, promovendo uma segurança pública justa e inclusiva.

2. Centros de Inteligência Operacional:

- Implementar centros de inteligência operacional que integrem sistemas digitais de segurança pública, visando a prevenção de crimes e o monitoramento das vias urbanas.

Modernização Administrativa

1. Plataforma Digital de Gestão Municipal:

- Adotar uma plataforma digital para a gestão municipal, preferencialmente utilizando tecnologias de código livre, e colaborar com outras cidades para desenvolver projetos conjuntos de modernização tecnológica.

Popularização de CT&I

1. Educação Científica nas Escolas:

- Estimular a curiosidade científica e as práticas investigativas nas escolas municipais, promovendo uma educação que valorize a busca de evidências e o conhecimento científico.

2. Feiras e Eventos Científicos:

- Apoiar a realização de feiras de ciência, olimpíadas científicas, clubes de ciência e eventos de ciência e cultura, integrando as comunidades locais e valorizando o patrimônio científico e cultural do município.

A Cultura Transforma: Diretrizes para uma Gestão Cultural Inclusiva e Sustentável em Vilhena

A cultura é uma poderosa ferramenta de transformação social, capaz de promover o desenvolvimento humano, a justiça social e o fortalecimento da identidade coletiva. Com o retorno do Ministério da Cultura, é fundamental reforçar as bases do processo civilizatório que a cultura

proporciona, reconhecendo a ancestralidade e os desafios na construção de uma sociedade mais equitativa. Vilhena, como Portal da Amazônia, deve se tornar um exemplo de como a cultura pode ser um motor de desenvolvimento sustentável e inclusão.

1. Institucionalidade e Marcos Legais

- **Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC):** Vilhena deve se integrar ao SNC, permitindo um planejamento cultural que respeite a estrutura dos elementos conforme a Lei 14.835/2024. Isso garantirá direitos culturais através de uma gestão colaborativa entre os entes federativos.
- **Fundos Municipais de Cultura:** Implementar e fortalecer os Fundos Municipais de Cultura, garantindo a preservação de patrimônios culturais e a conclusão de obras de restauro. Assegurar que os acervos culturais, materiais e imateriais, sejam preservados e acessíveis a todos.

2. Identidade, Patrimônio e Memória

- **Preservação Cultural:** Proteger os equipamentos culturais e patrimônios tombados em Vilhena, promovendo a conclusão de obras de restauro e a preservação de bens culturais. Isso incluirá a preservação de acervos e a garantia de acesso aos espaços culturais.

3. Diversidade, Transversalidades e Acessibilidade

- **Fortalecimento dos Pontos de Cultura:** Apoiar as culturas populares e os grupos menos favorecidos, reforçando a identidade brasileira e a diversidade cultural. É essencial garantir que todos os segmentos da sociedade tenham acesso à cultura.

4. Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

- **Garantias para os Trabalhadores da Cultura:** Assegurar os direitos dos trabalhadores culturais, com foco na inclusão de grupos marginalizados. Isso inclui promover o acesso ao processo criativo para todas as faixas etárias e comunidades, especialmente aquelas com baixo IDH.

5. Direito às Artes e Linguagens Digitais

- **Inclusão Digital:** Expandir o acesso aos meios digitais em áreas rurais e urbanas, promovendo a inclusão social e garantindo que todos tenham acesso às políticas públicas de cultura. Isso permitirá a melhor divulgação, orientação e monitoramento das ações culturais em Vilhena.

6. Cultura, Política e Periferias

- **Políticas Culturais para as Periferias:** Criar e incentivar políticas culturais que financiem atividades nas áreas com maior concentração da população de baixa renda de Vilhena, incluindo a participação de grupos sem figura jurídica. Isso deve ser feito de forma institucionalizada, por meio de leis municipais que garantam o orçamento necessário.
- **Participação Popular:** Fortalecer a participação das organizações periféricas nas decisões culturais a nível municipal, garantindo que a voz da periferia seja ouvida e respeitada.

7. Promoção da Cultura Amazônica

- **Valorização da Identidade Amazônica:** Promover a cultura amazônica através de editais e eventos específicos que reforcem a identificação dos vilhenenses com sua herança amazônica. Este esforço consolidará Vilhena como o Portal da Amazônia, integrando a cultura local no dia a dia da cidade.

Direitos dos Animais: Proposta para Vilhena

Introdução As cidades que aspiramos construir, vibrantes e prósperas, devem reconhecer e acolher todos os seus habitantes, incluindo as espécies animais que compartilham conosco este espaço. A população brasileira está cada vez mais consciente da importância de proteger os animais e garantir seu bem-estar. Com mais de 77 milhões de animais em lares brasileiros e um crescimento na adesão ao vegetarianismo e veganismo, a saúde humana e os direitos dos animais estão interligados. A exploração animal, desmatamento e práticas insustentáveis contribuem para a emergência de doenças zoonóticas, como a COVID-19. A defesa dos animais não é apenas uma questão de compaixão, mas também de ética, justiça social, saúde pública e ambiental.

1. Proteção Integral dos Animais: Criação da Agenda Municipal de Proteção, Defesa e Direitos Animais

- **Criação da Superintendência de Proteção, Defesa e Direitos Animais:** Subordinada à Secretaria de Meio Ambiente, essa superintendência será responsável pela formulação e execução de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal.
- **Participação Intersetorial:** Institucionalizar um conselho municipal de proteção animal e outros mecanismos permanentes de participação social, envolvendo diferentes órgãos públicos, tutores, ONGs e protetores independentes na construção e implementação da agenda.
- **Competências e Recursos Orçamentários:** Definir formalmente as responsabilidades e alocar verbas específicas para cada ação da agenda, garantindo transparência e eficiência na gestão dos recursos.
- **Plano Plurianual de Gestão (PPAG):** Planejamento estratégico de longo prazo com metas e indicadores específicos para o bem-estar animal.
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA):** Estabelecer diretrizes claras e recursos específicos para os direitos animais, com acompanhamento da execução.
- **Fundo Municipal:** Estruturar um fundo municipal para a defesa dos animais, permitindo a captação de recursos e garantindo a continuidade das ações.
- **Plano Diretor:** Incorporar diretrizes de proteção e defesa animal nas normas de planejamento e desenvolvimento urbano, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

2. Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos e Bem-Estar Animal

- **Ampliação do Acesso à Castração:** Realizar mutirões de castração em regiões com alta vulnerabilidade social e alta população de animais, em parceria com ONGs, clínicas veterinárias e universidades.

- **Campanhas Educativas:** Promover a guarda responsável e a adoção consciente, abordando temas como saúde animal, controle populacional e bem-estar.
- **Adoções:** Incentivar a realização de eventos de adoção regulares, priorizando animais em situação de vulnerabilidade.
- **Políticas Públicas para Cães e Gatos Comunitários:** Criar políticas de atenção e cuidado para animais de rua, envolvendo a comunidade.
- **Parcerias com Entes Privados:** Estabelecer parcerias com a sociedade civil para acolhimento, cuidados veterinários e promoção de eventos de adoção, especialmente em cidades sem Centros de Acolhimento.

3. Inclusão Social dos Carroceiros e Charreteiros: Apoio à Transição para Atividades Alternativas

- **Programas de Transferência de Renda:** Apoio financeiro durante a transição para atividades alternativas, com acompanhamento social e profissional para reinserção no mercado de trabalho.
- **Educação Permanente:** Capacitação para novas áreas de atuação, focando na geração de renda e desenvolvimento profissional, com provisionamento de cotas e bolsas de estudo.

4. Conscientização sobre a Exploração Animal e Promoção da Cultura de Paz e Respeito aos Animais

- **Alimentação Vegetariana e Vegana:** Incrementar opções veganas e vegetarianas nas escolas municipais, hospitais e outros órgãos públicos, promovendo oficinas de culinária saudável.
- **Capacitação de Profissionais:** Cursos sobre culinária vegetal para cozinheiros, nutricionistas e outros profissionais, com foco na nutrição.
- **Incentivo ao Consumo Consciente:** Promover produtos livres de crueldade animal e apoiar práticas éticas em empresas.
- **Educação Ambiental:** Implementar programas nas escolas para conscientização desde a infância, como a campanha “Silvestre não é PET”.

5. Incentivo a Sistemas de Produção de Alimentos Mais Sustentáveis e Éticos

- **Agroecologia e Criação Agroflorestal:** Apoio técnico e financeiro a produtores que adotam práticas que respeitam o meio ambiente e o bem-estar animal.
- **Redução do Uso de Agrotóxicos e Antibióticos:** Promover métodos alternativos de produção, com foco na preservação da saúde animal e humana.

Economia Solidária: Propostas para Vilhena

Introdução A Economia Solidária é um modelo de sociedade que propõe um desenvolvimento social sustentável, com foco na inclusão econômica e ambiental. Este modelo se diferencia da economia convencional em três aspectos principais: a solidariedade em vez da competição, a propriedade coletiva em vez da privada e a autogestão em vez da heterogestão. A Economia

Solidária tem o potencial de combater a desigualdade e promover a geração de trabalho e renda, especialmente entre os mais pobres, sendo um poderoso instrumento de engajamento social.

1. Educação em Economia Solidária

- **Inclusão nas Escolas:** Inserir a formação em economia solidária desde o Ensino Fundamental até o Médio, promovendo práticas de autogestão, participação e divisão das tarefas cotidianas. Introduzir o conceito de educação democrática, que incentive uma perspectiva profissional para os jovens.
- **Cursos Profissionalizantes:** Estabelecer convênios com instituições de ensino para incluir a economia solidária nos currículos de cursos voltados ao mundo do trabalho, destacando o associativismo e o cooperativismo como modalidades de organização coletiva.
- **Campanhas de Conscientização:** Promover a formação da sociedade como um todo em economia solidária através de campanhas publicitárias. Essas campanhas devem educar os consumidores para valorizar produtos e serviços que promovem relações justas entre produtores e consumidores, respeito ao meio ambiente e bem-estar humano.

2. Fomento aos Empreendimentos Solidários

- **Apoio a Cooperativas e Associações:** Fornecer apoio às cooperativas, associações e coletivos de trabalhadores que optem pelo trabalho coletivo autogestionário, com assessoria administrativa, financeira, jurídica e contábil.
- **Infraestrutura Comunitária:** Criar cozinhas comunitárias e centros de beneficiamento autogeridos que utilizem produtos agroindustriais de empreendimentos econômicos solidários.
- **Legislação de Apoio:** Desenvolver uma legislação municipal que facilite a compra de insumos, fomenta cozinhas solidárias, hortas urbanas e a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, apoiando os coletivos de compras conjuntas.
- **Apoio à Reciclagem:** Oferecer suporte técnico e estrutura adequada para associações e cooperativas de reciclagem, conforme a Lei 12.305/2010.
- **Cooperativismo de Plataforma:** Incentivar o cooperativismo digital através da criação e divulgação de aplicativos e sites que promovam produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.

3. Compras Públicas

- **Fomento aos Produtores Locais:** Utilizar o poder de compra do município para incentivar produtores locais, especialmente aqueles que fazem parte das redes de Economia Solidária.
- **Classificação de Itens:** Classificar os itens de compra do governo municipal de acordo com a capacidade de serem atendidos por fornecedores locais, dentro de um marco legal bem definido.

4. Gestão e Participação Social

- **Plano Municipal de Economia Solidária:** Elaborar um plano municipal específico, com aprovação de uma legislação adequada ao nível municipal.

- **Fundo Municipal:** Criar um fundo municipal de economia solidária para viabilizar a política de apoio a esse setor.
- **Conselho Municipal:** Estabelecer um conselho municipal de economia solidária e apoiar mecanismos de participação social, como fóruns municipais de desenvolvimento local.
- **Diagnóstico Socioterritorial:** Realizar um diagnóstico para identificar os atores e necessidades da economia local, além de criar um cadastro municipal de empreendimentos solidários.
- **Selo de Identificação:** Desenvolver um selo ou identificação visual para os produtos, serviços e empreendimentos de economia solidária no município.
- **Políticas Transversais:** Integrar as políticas, programas e projetos de economia solidária em diversas áreas do governo municipal, como educação, meio ambiente, saúde, segurança alimentar, habitação, assistência social, cultura e esportes.

Educação, Inclusão e Democratização: Propostas para Vilhena

1. Democratização e Qualificação da Gestão Educacional

- **Espaço de Diálogo e Solução de Conflitos:** A escola deve ser um ambiente acolhedor, onde conflitos e divergências são resolvidos através do diálogo.
- **Integração da Comunidade:** É fundamental integrar a comunidade ao ambiente escolar para promover a democratização, superar a violência e valorizar a vida. Isso pode ser feito através de ações esportivas, culturais e de lazer.
- **Implementação de Planos de Carreira:** Os planos de carreira dos profissionais da educação devem ser implementados com o Piso Salarial como valor inicial e com a destinação de no mínimo 1/3 da carga horária docente para atividades extraclasse.
- **Concursos Públicos:** Recompôr o quadro de profissionais da educação através de concursos públicos, reduzindo a dependência de profissionais temporários.
- **Mesa de Negociação Permanente:** Instalar uma mesa de negociação coletiva, com representantes da gestão municipal e sindicatos, para tratar da valorização profissional, carreira, salário, condições de trabalho e políticas de saúde.
- **Políticas de Saúde para Educadores:** Propor políticas que promovam a prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.
- **Investimento em Planejamento e Gestão Pedagógica:** Ampliar o investimento no planejamento e na gestão pedagógica, com foco no trabalho coletivo e integrado entre educadores e equipes pedagógicas.
- **Formação Permanente de Educadores:** Garantir formação permanente e sistemática para educadores, em parceria com universidades públicas, com tempo integrado à jornada de trabalho.

- **Inclusão de Tecnologias:** Assegurar a formação dos profissionais para a utilização qualificada de tecnologias da informação e comunicação no ensino, priorizando softwares e plataformas digitais livres e gratuitas.
- **Formação Específica:** Promover concursos e formações específicas para escolas do campo, indígenas, quilombolas, educação especial inclusiva, educação bilíngue de surdos e educação de jovens e adultos.
- **Gestão Democrática e Inclusiva:** Investir na formação continuada de gestores escolares e profissionais da educação, promovendo uma gestão democrática, inclusiva e combatendo todas as formas de preconceito.

2. Educação Infantil, Alfabetização e Ensino Fundamental

- **Atendimento Integral da Demanda:** Assegurar o atendimento integral da demanda por creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos, eliminando filas de espera e atendendo às metas dos planos de Educação.
- **Desenvolvimento Integral:** Compreender a criança como sujeito de direitos e buscar seu desenvolvimento integral desde a primeira infância.
- **Indicadores de Qualidade:** Atender aos indicadores de qualidade da Educação Infantil, regulamentando a oferta privada e ampliando os investimentos públicos.
- **Educação em Tempo Integral:** Ampliar o Programa Escola em Tempo Integral, garantindo um currículo que respeite os direitos fundamentais das crianças.
- **Infraestrutura Adequada:** Assegurar padrão mínimo de infraestrutura nas unidades educacionais, respeitando as especificidades de cada comunidade.
- **Alfabetização na Idade Certa:** Aderir ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e garantir que os anos iniciais do Ensino Fundamental sejam um espaço-tempo decisivo para a alfabetização.
- **Assistência Estudantil:** Mapear estudantes em situação de vulnerabilidade e construir ações de assistência estudantil para assegurar a permanência na escola.
- **Gestão Democrática nas Escolas:** Qualificar o processo de gestão democrática nas escolas e fomentar processos de avaliação internos.

3. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- **Busca Ativa e Inclusão Socioproductiva:** Promover busca ativa para ampliar o acesso à alfabetização e à EJA, articulando políticas públicas de trabalho e educação com inclusão socioproductiva.
- **Mapeamento de Categorias Profissionais:** Mapear categorias profissionais com baixa escolaridade e organizar ações de alfabetização ajustadas à sua realidade.
- **Resgate da Memória Cultural:** Valorizar a cultura local através de música, expressão corporal, dramaturgia, produção textual, artesanal e ciberarte.

4. Educação do Campo, Indígena e Quilombola

- **Centros de Educação Infantil Específicos:** Construir Centros de Educação Infantil adequados à realidade dos povos do campo, das águas, florestas, indígenas e quilombolas.
- **Transporte Escolar Adequado:** Garantir transporte escolar adequado para crianças e jovens dessas comunidades e melhorar a infraestrutura das estradas utilizadas.
- **Valorização dos Profissionais:** Desenvolver políticas de valorização para profissionais que atuam em escolas de difícil acesso.
- **Alimentação Escolar da Agricultura Familiar:** Garantir a aquisição de alimentos escolares conforme a Lei 11.947/2009, com pelo menos 30% dos recursos destinados à produção da Agricultura Familiar.

5. Educação Inclusiva e Diversidade

- **Salas de Recursos Multifuncionais:** Implantar ou atualizar as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais para ofertar Atendimento Educacional Especializado.
- **Acessibilidade Plena:** Assegurar que as escolas tenham acessibilidade plena e que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) seja ensinada.
- **Monitoramento de Acesso:** Realizar ações intersetoriais para monitorar o acesso e a frequência dos estudantes com deficiência, beneficiários de políticas públicas.
- **Parcerias para Inovação:** Fortalecer parcerias com universidades e instituições para desenvolver estudos e metodologias que avancem a acessibilidade e os processos de ensino.
- **Combate ao Capacitismo:** Implementar ações contra o capacitismo e em favor de uma educação inclusiva.

6. Qualidade da Educação

- **Reflexão Permanente sobre Currículos:** Promover um movimento contínuo de reflexão sobre os currículos escolares, visando uma educação integral que valorize as experiências culturais e sociais das crianças.
- **Educação Inclusiva e Valorização das Identidades:** Garantir uma educação inclusiva que respeite as diferenças cognitivas e culturais dos estudantes, com uma política de formação permanente para os educadores.
- **Formação em Direitos Humanos:** Assegurar que a formação dos trabalhadores em educação aborde a cultura da paz e a prevenção de preconceitos, promovendo igualdade de gênero.

7. Fortalecimento do Processo Educativo

- **Integração das Reuniões Pedagógicas:** Promover reuniões pedagógicas sistemáticas, bem preparadas, que analisem o desenvolvimento dos alunos, suas dificuldades e possibilidades, criando um espaço contínuo de diálogo e reflexão entre educadores e gestores.
- **Desenvolvimento Integral do Estudante:** Valorizar o desenvolvimento integral dos estudantes, garantindo que as avaliações considerem não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento emocional, social e cultural dos alunos.

- **Promoção da Cultura da Paz:** Implementar ações educativas que promovam uma cultura de paz, respeito mútuo e solidariedade nas escolas, trabalhando ativamente para prevenir todas as formas de violência e preconceito.
- **Envolvimento das Famílias:** Fortalecer a participação das famílias na vida escolar, incentivando o envolvimento ativo no processo educacional e na construção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo.
- **Educação Integral e Sustentabilidade:** Avançar na implementação de programas que integrem diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma educação integral que inclua aspectos como sustentabilidade, cidadania, e desenvolvimento humano pleno.
- **Valorização do Trabalho Docente:** Continuar investindo na valorização dos profissionais da educação, assegurando condições adequadas de trabalho, reconhecimento profissional e oportunidades contínuas de formação e crescimento.

Avaliações Internas e Externas: Promover a combinação de avaliações externas e internas para monitorar e melhorar a qualidade do ensino. Garantir que essas avaliações ajudem a identificar e atender às necessidades dos alunos.

- **Feedback e Melhoria Contínua:** Estabelecer processos sistemáticos para coletar feedback de alunos, pais e educadores sobre o desempenho e a eficácia das práticas educacionais. Usar essas informações para promover melhorias contínuas.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Garantir a transparência dos processos avaliativos e das políticas educacionais. Estabelecer mecanismos de prestação de contas que envolvam a comunidade escolar na tomada de decisões.

8. Infraestrutura e Recursos

- **Melhoria das Infraestruturas Escolares:** Investir na melhoria das infraestruturas das escolas, assegurando ambientes seguros, acessíveis e adequados às necessidades pedagógicas e culturais das comunidades.
- **Equipamentos e Materiais Didáticos:** Garantir a disponibilidade de equipamentos e materiais didáticos adequados para todas as escolas, com ênfase na inclusão de tecnologias educacionais e recursos adaptados para alunos com necessidades especiais.
- **Manutenção e Sustentabilidade:** Estabelecer um plano de manutenção e conservação das infraestruturas escolares, promovendo práticas sustentáveis e ecológicas.

9. Envolvimento da Família e da Comunidade

- **Participação dos Pais e Responsáveis:** Incentivar a participação ativa dos pais e responsáveis na vida escolar dos alunos, promovendo encontros regulares e formas de envolvimento nas decisões pedagógicas e administrativas.
- **Parcerias com a Comunidade:** Estabelecer parcerias com organizações comunitárias, empresas locais e outras instituições para apoiar projetos educacionais e proporcionar experiências enriquecedoras para os alunos.

- **Educação e Sensibilização Comunitária:** Desenvolver campanhas de sensibilização e programas educativos para a comunidade sobre a importância da educação e a valorização do papel das famílias na formação dos jovens.

10. Inovação e Pesquisa Educacional

- **Promoção da Pesquisa:** Incentivar a pesquisa e a inovação no campo educacional, apoiando projetos e estudos que visem melhorar práticas pedagógicas e administrativas.
- **Adoção de Novas Metodologias:** Estar aberto à adoção de novas metodologias e abordagens pedagógicas baseadas em evidências e boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente.
- **Formação de Pesquisadores e Educadores:** Investir na formação contínua de pesquisadores e educadores, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento profissional e a atualização de conhecimentos.

11. Acessibilidade e Inclusão

- **Acessibilidade Física e Digital:** Assegurar que todas as escolas sejam acessíveis física e digitalmente, incluindo adaptações para alunos com deficiência e o uso de tecnologias assistivas.
- **Educação para a Diversidade:** Promover uma educação que celebre e respeite a diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero, garantindo que todos os alunos se sintam valorizados e incluídos.
- **Políticas de Inclusão:** Desenvolver e implementar políticas inclusivas que abordem as necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles de grupos marginalizados e em situação de vulnerabilidade.

12. Financiamento e Recursos

- **Orçamento Adequado:** Assegurar que o financiamento da educação seja adequado e suficiente para atender às necessidades das escolas e garantir a implementação eficaz das políticas educacionais.
- **Gestão Eficiente de Recursos:** Promover a gestão eficiente e transparente dos recursos destinados à educação, garantindo que os fundos sejam utilizados de maneira eficaz para melhorar a qualidade do ensino e a infraestrutura escolar.
- **Parcerias e Investimentos:** Buscar parcerias e investimentos adicionais para complementar o financiamento público da educação, incluindo colaboração com o setor privado e organizações não governamentais.

Claro! Aqui está a reformulação com a introdução para o tópico de Empreendedorismo e MPEs:

EMPREENDEDORISMO E MPEs

O Brasil possui um vasto contingente de micro e pequenas empresas (MPEs), que somam cerca de 9 milhões e representam 27% do PIB nacional. Com a presença de 19 milhões de

Microempreendedores Individuais (MEIs), essas empresas desempenham um papel crucial na economia, gerando 71% das vagas de trabalho em 2023, conforme estudo do Sebrae. A pesquisa da Endeavour Brasil revela que 60% dos jovens universitários aspiram empreender, refletindo uma tendência crescente de interesse pelo empreendedorismo.

Historicamente, o empreendedorismo tem se ajustado aos grandes ciclos econômicos da humanidade, com um aumento notável em períodos de recessão e crises, como observados entre 2015-2016 e durante a pandemia de 2020-2021. Nos ambientes das MPEs e MEIs, é possível identificar três perfis principais de empreendedores: por necessidade, vocação ou sonho. Com o atual foco no fortalecimento e construção do Ministério do Empreendedorismo e das Micro e Pequenas Empresas (MEMPE), é essencial redesenhar as políticas setoriais para garantir um ambiente de negócios mais favorável. O objetivo é contribuir para a geração de empregos e a melhoria das condições de vida local, seguindo as diretrizes do artigo 179 da Constituição Federal, que estabelece um tratamento jurídico diferenciado para as Micro e Pequenas Empresas. No entanto, a competição desigual com grandes redes e empresas torna fundamental a adoção de medidas que promovam a equidade e a sustentabilidade para os pequenos negócios.

Diretrizes para fortalecer o setor de MPEs e MEIs nos municípios:

1. Capacitação das Empresas:

- **Gestores e Servidores Públicos Capacitados:** Garantir que os gestores e servidores públicos estejam capacitados para implementar as políticas do MEMPE no território municipal de forma eficiente.
- **Formação para Empreendedores:** Oferecer cursos e capacitação para empreendedores, formalizados ou não, em áreas técnicas específicas e gestão, abrangendo temas como vendas, contabilidade, precificação, pesquisa de mercado e atendimento ao cliente, além de novas tecnologias e práticas de sustentabilidade.
- **Parcerias com Universidades e Institutos:** Estabelecer acordos com universidades locais, institutos técnicos e Sistema S para a formação continuada e criação de incubadoras de empresas. Essas parcerias ajudarão a fornecer suporte técnico e empresarial a novos empreendimentos.
- **Mapeamento de Novas Tecnologias:** Realizar um levantamento das novas tecnologias e capacitar trabalhadores, especialmente os em situação de precariedade, para atender às demandas dessas inovações.
- **Cursos e Oficinas Locais:** Implementar programas de capacitação em bairros com alta concentração de MPEs e MEIs, priorizando áreas periféricas e menos favorecidas.
- **Formação em Transição Ecológica:** Oferecer cursos sobre sustentabilidade e adequação ambiental para ajudar pequenos empreendedores a integrar práticas ecológicas em seus produtos e processos.

2. Acesso ao Mercado:

- **Infraestrutura Local:** Desenvolver e revitalizar a infraestrutura local para pequenos negócios, incluindo ruas comerciais, centros de pequenos negócios, centrais de serviços e condomínios empresariais.

- **Centrais de Compras:** Apoiar a criação de centrais de compras voltadas para microempresas, segmentadas por tipo de negócio, como padarias, salões de beleza, restaurantes, entre outros.
- **Contratações Prioritárias:** Priorizar a contratação de microempresas e MEIs em compras abaixo de R\$ 200 mil, permitindo a formação de associações ou consórcios para facilitar o acesso a esses contratos.
- **Inserção em Plataformas e Arranjos Produtivos:** Ensinar pequenos empreendedores a utilizar plataformas de produção e a formar arranjos produtivos e cooperativas, além de promover parcerias com institutos de tecnologia e pesquisa.
- **Facilitação de Alvarás:** Simplificar o processo de concessão de alvarás para pequenos empreendimentos, reduzindo a burocracia e os custos envolvidos.

GOVERNANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A gestão energética é um aspecto crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades, pois influencia diretamente os custos operacionais, a qualidade dos serviços públicos e o impacto ambiental. Valorizar a gestão energética com uma governança bem estruturada e coordenada é fundamental para promover o uso racional da energia e reduzir os gastos com recursos energéticos. A eficiência energética não apenas contribui para a diminuição dos custos operacionais, mas também melhora a qualidade de vida dos cidadãos e promove a sustentabilidade ambiental. Neste contexto, a implementação de práticas eficazes e tecnologias inovadoras pode transformar o cenário energético municipal, beneficiando a comunidade e o meio ambiente.

Diretrizes para a Governança e Eficiência Energética nos Municípios:

1. Governança Energética:

- **Gestão Energética Estruturada:** Valorizar a gestão energética com uma governança bem estruturada e coordenada entre os atores do setor, permitindo a adoção de decisões estratégicas para o uso racional da energia. Isso envolve a criação de políticas e práticas que integrem todos os níveis de gestão e monitoramento energético.
- **Governança Energética Municipal:** Estabelecer uma governança energética municipal para garantir inteligência energética, eficiência no consumo e redução dos gastos com energia. Isso inclui a formação de um comitê ou departamento responsável pela gestão e implementação de estratégias energéticas no município.

2. Iluminação Pública:

- **Troca para LED e Gestão Inteligente:** Acelerar a troca da iluminação municipal por lâmpadas de LED e sistemas de gestão inteligente. Essas tecnologias ajudam a reduzir o consumo de energia e os custos com manutenção, além de melhorar a qualidade da iluminação e proporcionar mais segurança nos espaços públicos.

3. Fontes Alternativas de Energia:

- **Instalação de Painéis Solares:** Implantar painéis solares como fonte de energia alternativa nos edifícios públicos, como escolas e postos de saúde. Esta medida visa baratear o custo da

energia para as prefeituras, aumentando a eficiência e promovendo uma solução sustentável e de baixo custo a longo prazo.

ESPORTES E LAZER, DIREITO PRA VALER!

O esporte e o lazer são fundamentais para o desenvolvimento social e individual, oferecendo não apenas oportunidades para a prática de atividades físicas, mas também para a promoção da inclusão social, bem-estar e cidadania. Enquanto o esporte é visto como uma prática social com raízes na necessidade de expressão corporal e cultura, o lazer é entendido como um espaço-tempo dedicado à apropriação crítica e lúdica da cultura. Ambos enfrentam disputas sobre seu papel: se devem ser meros produtos de consumo ou se devem integrar uma abordagem mais ampla que inclui educação, cultura e políticas públicas. Considerando que apenas 37,9% da população brasileira com 15 anos ou mais pratica algum esporte, é crucial que as políticas públicas promovam o acesso universal e inclusivo ao esporte e ao lazer, respeitando os princípios de igualdade e justiça social.

Diretrizes para o Esporte e Lazer nos Municípios:

1. Acesso e Inclusão:

- **Garantia de Acesso:** Desenvolver mecanismos que assegurem ao munícipe acesso ao esporte e lazer em suas dimensões de conhecimento, prática e fruição, conforme os preceitos constitucionais previstos na Carta Magna, especialmente nos artigos 6º e 217.
- **Fomento a Direitos Constitucionais:** Promover o esporte e o lazer como direitos constitucionais por meio das políticas públicas, abrangendo tanto as áreas da educação quanto a participação comunitária e o alto rendimento esportivo.
- **Políticas Includentes:** Elaborar, desenvolver e fiscalizar políticas, programas e ações de esporte e lazer que respeitem a diversidade e valorizem tanto a coletividade quanto o indivíduo, promovendo a inclusão social.

2. Desenvolvimento e Infraestrutura:

- **Promoção da Infância e Juventude:** Desenvolver ações esportivas e de lazer com ênfase na promoção das infâncias e juventudes do município, superando a tendência de representar o município em competições apenas por jovens de outras localidades com maior potencial de rendimento esportivo.
- **Construção e Manutenção de Espaços Públicos:** Investir na construção, manutenção e inovação de equipamentos e espaços públicos para práticas esportivas e recreativas, refletindo os interesses socioculturais e exercendo a cidadania.
- **Culturas Corporais Diversas:** Fomentar o desenvolvimento de distintas culturas corporais, como esportes, ginástica, dança, skate e luta, com especial atenção à capoeira e ao futebol, promovendo a ocupação lúdica e criativa do tempo livre.

3. Ações Intersetoriais e Diagnóstico:

- **Integração com Saúde e Segurança:** Elaborar ações intersetoriais com as áreas de saúde e segurança, por meio de programas que promovam práticas corporais periódicas (como a Academia da Saúde), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e redução dos índices de violência.

- **Diagnóstico Municipal:** Realizar um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer, incluindo levantamento de informações populacionais, oportunidades e interesses em políticas públicas da área, e as demandas e expectativas da população local. Este diagnóstico deve avaliar os programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis.

IGUALDADE RACIAL

Os debates sobre as desigualdades raciais no Brasil têm uma longa história, atravessando o século XX e chegando até os dias atuais, ainda marcados por uma série de inverdades e equívocos. O "mito da democracia racial", amplamente aceito no pensamento social e com resquícios que influenciam discursos e políticas, distorce a realidade das desigualdades raciais persistentes no país. Dados revelam que o Brasil historicamente concentrou poder material e simbólico em favor de pessoas brancas e se organiza de forma hierarquizada por raça e gênero, além de classe social. O racismo, tanto estrutural quanto cotidiano, afeta profundamente o acesso à cidadania para negros e indígenas. A luta antirracista é, portanto, essencial para a construção de uma cidadania plena e a promoção da igualdade racial.

Diretrizes para Igualdade Racial e Direito à Cidade:

1. Diálogo e Participação:

- **Estimular o Diálogo:** Promover a busca constante do diálogo entre coletivos e movimentos sociais e instituições dos setores público, privado e do terceiro setor, com o objetivo de ampliar a cidadania e fomentar a inclusão racial.
- **Enfrentamento da Violência:** Atuar no enfrentamento de todas as formas de violência que afetam a juventude negra periférica, articulando a promoção das potencialidades locais com mudanças nas políticas de segurança.

2. Fortalecimento das Políticas e Instituições:

- **Apoio ao Estatuto da Igualdade Racial:** Apoiar o Estatuto da Igualdade Racial, que institui o Sistema Nacional de Igualdade Racial (SINAPIR), para estruturar e articular políticas voltadas à superação do racismo.
- **Fortalecimento dos Conselhos Municipais:** Reforçar a atuação dos conselhos municipais de promoção da igualdade racial, promovendo a articulação em rede para defender e implementar políticas efetivas de igualdade racial.

3. Catalização e Ações Sociais:

- **Energia Produtiva dos Movimentos:** Catalisar a energia produtiva de movimentos sociais, culturais e esportivos, promovendo iniciativas que visem aumentar a cidadania e a igualdade racial em todas as suas formas.

JUVENTUDE EM VILHENA

A juventude é uma etapa singular do ciclo de vida, repleta de desafios e desigualdades. Nas cidades brasileiras, os jovens enfrentam diversas dificuldades e exigem políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas e à diversidade de experiências dessa faixa etária. No Brasil, o Estatuto da Juventude define os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos, segmentando-os em três grupos com características e demandas distintas: adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 24

anos e a transição para a fase adulta de 25 a 29 anos. Cada grupo possui necessidades únicas que devem ser compreendidas para a formulação de políticas adequadas.

Além das questões educacionais, que são naturalmente associadas à juventude, as condições do mercado de trabalho afetam diretamente a população jovem. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD) de 2023 indicam que 60% dos jovens estavam na força de trabalho, com condições frequentemente piores em comparação com a população geral, incluindo taxas mais altas de desemprego e informalidade, salários mais baixos e menor proteção. A saúde mental dos jovens também é uma preocupação crescente, com um aumento alarmante nas taxas de agravos.

A principal bandeira levantada pelos movimentos de juventude tem sido a luta pela vida, especialmente da juventude negra, que enfrenta taxas de homicídio muito superiores à média nacional. A superação da violência e a promoção da cidadania são, portanto, centrais nas políticas públicas para a juventude.

Diretrizes para a Juventude em Vilhena:

1. Governança:

- **Fortalecer a Governança:** Fortalecimento do conselho municipal de juventude para garantir o planejamento, execução e acompanhamento efetivo das políticas voltadas para a juventude.

2. Segurança Pública:

- **Promover a Segurança Juvenil:** Desenvolver uma agenda de segurança pública intersetorial que enfrente a violência contra a juventude, especialmente a juventude negra. Implementar políticas como iluminação urbana e transporte público de qualidade para reduzir a violência nas ruas, alinhadas com o Plano Nacional Juventude Negra Viva.

3. Saúde:

- **Atender às Necessidades de Saúde:** Criar uma agenda municipal para promover e atender às necessidades de saúde da juventude, abordando questões como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), saúde mental e acidentes relacionados ao trabalho.

4. Educação:

- **Fortalecer a Educação:** Investir na educação infantil e fundamental para garantir a autonomia das jovens mães e alinhar as políticas municipais com a Política Nacional de Cuidados e com iniciativas como EJA e PROJOVEM.

5. Trabalho:

- **Garantir Direitos Trabalhistas:** Adotar políticas para garantir direitos no trabalho para jovens, incluindo programas de qualificação profissional, aprendizagem, estágio e primeiro emprego. Adequar os serviços de intermediação de mão de obra às necessidades dos trabalhadores jovens e criar programas de inserção que assegurem direitos.

6. Mobilidade Urbana:

- **Facilitar o Acesso à Cidade:** Garantir o acesso ao Direito à Cidade para que os jovens possam usufruir de seus direitos, facilitando a mobilidade urbana e o acesso a serviços e espaços públicos.

7. Cultura:

- **Promover a Cultura Juvenil:** Desenvolver uma agenda cultural que reconheça a juventude como sujeito de direitos culturais, promovendo espaços e equipamentos públicos gratuitos para a expressão, experimentação e geração de renda. Valorização da diversidade e a promoção de convivência livre de intolerância são fundamentais.

MEIO AMBIENTE

Plano Local de Ações Climáticas (PLAC)

O Plano Local de Ações Climáticas (PLAC) tem um papel estratégico no planejamento ambiental e social de Vilhena. Este plano visa identificar prioridades nas áreas sociais, ambientais e econômicas do município, com foco na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e na adaptação das áreas urbanas e rurais às mudanças climáticas. A elaboração do PLAC deve ser um processo inclusivo, envolvendo instituições públicas, movimentos populares, setor privado, ONGs e a academia, garantindo a pactuação de compromissos e metas claras. Este plano deve integrar diversas políticas nacionais, incluindo as de Meio Ambiente, Mudança do Clima, Resíduos Sólidos, Recursos Hídricos, Saneamento, Energia e Biodiversidade.

Diretrizes para o Meio Ambiente em Vilhena:

1. Agricultura Urbana e Agroindústrias:

- **Estimular Hortas Urbanas e Periurbanas:** Incentivar a criação de hortas urbanas e periurbanas para a produção de alimentos saudáveis, promovendo a segurança alimentar das famílias e a comercialização do excedente em feiras locais.
- **Fomento à Agroindústria Local:** Investir na instalação de agroindústrias para processar a produção local, além de fomentar sistemas agroflorestais e o extrativismo sustentável da biodiversidade, promovendo a geração de emprego e renda.
- **Desenvolvimento de Cadeias Produtivas:** Apoiar o desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, especialmente aquelas voltadas para a produção de fármacos, cosméticos e alimentos agroextrativistas.

2. Cidades Verdes e Saudáveis:

- **Aumentar a Cobertura Verde:** Promover o plantio de árvores, a criação de praças e parques urbanos, reconectando áreas verdes e recuperando ecossistemas urbanos e rurais, como as Áreas de Preservação Permanente.
- **Instalação de Viveiros e Produção de Mudanças:** Implementar viveiros municipais para a produção de mudas, envolvendo a participação de coletores de sementes, extrativistas, indígenas e agricultores familiares.
- **Fortalecer a Manutenção de Vegetação Nativa:** Engajar comunidades urbanas e rurais na preservação da vegetação nativa, unidades de conservação, terras indígenas e sistemas agroflorestais.

3. Habitações Sustentáveis e Resilientes:

- **Promover Tecnologias de Baixa Emissão:** Incentivar o desenvolvimento e uso de tecnologias de construção de baixa emissão de carbono, como o concreto verde, e arquiteturas sustentáveis que otimizem o uso de energia, reúso de água e reciclagem de resíduos.
- **Utilizar Espécies Locais na Construção:** Estimular o uso de espécies da flora local em construções sustentáveis para aumentar a resiliência das habitações frente aos fenômenos climáticos.

4. Saneamento Público e Gestão de Águas:

- **Soluções Baseadas na Natureza (SbN):** Integrar soluções baseadas na natureza nas políticas públicas de saneamento, como infraestruturas verdes e azuis que aumentem a permeabilidade do solo e diminuam o escoamento das águas pluviais.
- **Educação Ambiental Transformadora:** Promover uma educação ambiental que mobilize a sociedade para questões urgentes como transporte público de qualidade, saúde pública, combate à poluição do ar e da água, defesa dos direitos ao trabalho, moradia e lazer, com foco na construção de uma sociedade justa e sustentável.
- **Implantar Coleta Seletiva:** Implementar programas de coleta seletiva que incluam cooperativas de catadores de materiais recicláveis, além de desenvolver a logística reversa para resíduos como eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e embalagens.
- **Desenvolver Redes de Preservação e Construções Sustentáveis:** Incentivar a criação de áreas de preservação, telhados verdes, parques ciliares e sistemas de captação de água de chuva, reúso de águas cinza e jardins filtrantes para promover um ambiente urbano mais sustentável.

VALORIZAÇÃO DAS MULHERES

As mulheres constituem a maioria da população e assumem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de agosto de 2023, as brasileiras dedicam em média 21,3 horas semanais a essas atividades, enquanto os homens dedicam 11,7 horas. Além disso, as disparidades salariais persistem: o 1º Relatório de Transparência Salarial, de março de 2024, revela que as mulheres ganham 19,4% a menos que os homens, com diferenças ainda maiores em cargos de liderança. As mulheres negras são as mais afetadas por essa desigualdade, recebendo apenas 66,7% da remuneração das mulheres não negras. As diversas formas de violência também são uma triste realidade, com quase 51 mil mulheres sofrendo algum tipo de agressão diariamente, segundo a Pesquisa Visível e Invisível. Esses problemas são reflexo de um legado histórico de relações patriarcais, escravocratas, racistas e machistas, que precisam ser combatidos por meio de políticas públicas efetivas.

Diretrizes para a Valorização das Mulheres em Vilhena:

1. Enfrentamento a Todas as Formas de Violência:

- **Combater a Violência de Gênero:** Implementar ações para enfrentar todas as formas de violência de gênero, incluindo física, psicológica, sexual, doméstica, patrimonial, familiar, laboral e política.

- **Enfrentar o Feminicídio:** Promover políticas para combater o feminicídio e garantir a autonomia pessoal e econômica das mulheres que necessitam de serviços de proteção.
- **Fortalecer a Rede de Atendimento:** Integrar e potencializar os serviços locais, como polícia, assistência social, unidades de saúde, e casas de abrigo, articulando-os com redes estaduais e nacionais.
- **Parcerias com o Ministério das Mulheres:** Estabelecer parcerias para a construção de Casas das Mulheres Brasileiras e promover a articulação regional em pequenos municípios por meio de consórcios.
- **Enfrentamento ao Racismo e Sexismo:** Instituir políticas intersetoriais para combater o racismo, sexismo, lesbofobia, preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.
- **Capacitação de Segurança Pública:** Capacitar os operadores da segurança pública sobre questões de gênero, violência contra mulheres e a Lei Maria da Penha.
- **Garantia de Auxílio Aluguel:** Assegurar o acesso ao auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social.
- **Campanha Brasil sem Misoginia:** Associar o município à campanha nacional para combater a misoginia e fortalecer a presença das mulheres na política.

2. Políticas Públicas sobre o Cuidado:

- **Implementar a Política Nacional de Cuidados:** Aplicar as diretrizes da Política e do Plano Nacional de Cuidados no município.
- **Rede de Serviços Públicos:** Estabelecer uma rede de serviços públicos, como creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos, centros para idosos, entre outros, para apoiar as cuidadoras.
- **Campanhas de Conscientização:** Promover campanhas que incentivem a divisão equitativa do trabalho doméstico e de cuidados.

3. Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- **Fortalecimento da Saúde da Mulher:** Implementar o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em todas as fases de vida, respeitando a diversidade do universo feminino.
- **Acesso ao Planejamento Reprodutivo:** Garantir o acesso ao planejamento reprodutivo, métodos contraceptivos, inclusive a contracepção de emergência, e ampliar a oferta de consultas e exames ginecológicos.
- **Combate à Violência Obstétrica:** Capacitar profissionais de saúde para evitar a violência obstétrica, promover campanhas de conscientização e criar espaços de acolhimento para vítimas.
- **Respeito à Autonomia de Decisão:** Fortalecer ações que garantam o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, respeitando a autonomia de decisão das mulheres conforme a lei.

4. Geração de Emprego e Renda:

- **Apoio às Trabalhadoras Informais:** Apoiar a organização de mulheres ambulantes e vendedoras a domicílio para aumentar a renda e garantir direitos previdenciários e sociais.
- **Valorização do Trabalho Feminino:** Realizar campanhas de valorização da mulher trabalhadora, incluindo o trabalho doméstico remunerado, e incentivar a formalização do trabalho feminino.

5. Cultura e Educação para a Igualdade:

- **Promoção da Igualdade de Gênero nas Escolas:** Implementar ações educativas que promovam a igualdade de gênero nas escolas e demais equipamentos municipais.
- **Alfabetização e Educação de Qualidade:** Priorizar a universalização da alfabetização feminina e a educação de qualidade em tempo integral, com a construção de creches.
- **Igualdade de Oportunidades Culturais:** Garantir a participação equitativa das mulheres em eventos culturais promovidos pelo município, destacando a diversidade e a contribuição das mulheres na cultura popular.
- **Resgate da Memória e Saberes das Mulheres:** Fomentar iniciativas que valorizem a memória, os saberes e fazeres das mulheres, ressaltando sua importância na cultura local.

PESSOA IDOSA

O Desafio do Envelhecimento

O envelhecimento populacional é uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI no Brasil. Essa mudança afetará todas as políticas públicas, desde a previdência e seguridade social até saúde, assistência social e trabalho. De acordo com um estudo do IPEA publicado em 13 de outubro de 2021, projeta-se que, em 2100, os jovens representarão apenas 13% da população, enquanto os idosos constituirão cerca de 30%. Esse envelhecimento da população brasileira será caracterizado pela feminização da velhice, com uma proporção crescente de mulheres idosas à medida que o país envelhece.

É crucial reconhecer que as pessoas idosas são titulares de todos os direitos fundamentais e de proteção especial, sendo cidadãos que contribuíram significativamente para a sociedade. As políticas voltadas para esse segmento devem ser intersetoriais, integrando assistência social, saúde, previdência, segurança, educação, lazer e cultura, conforme preconiza o Estatuto da Pessoa Idosa. Promover o envelhecimento saudável e participativo é essencial para prevenir doenças crônicas como diabetes, hipertensão e câncer. Para tanto, a cidade acessível é uma condição indispensável, com infraestruturas adaptadas como faixas de pedestres, semáforos, rampas, transporte público adaptado e motoristas educados. Além disso, atividades culturais e eventos podem ser promovidos de forma multi e intergeracional, integrando saberes de maneira inclusiva.

Diretrizes para o Envelhecimento Ativo em Vilhena:

1. Promoção da Mobilidade e Acessibilidade:

- **Acessibilidade em Áreas Urbanas:** Promover a mobilidade e acessibilidade das pessoas idosas em todas as áreas urbanas, assegurando que as infraestruturas públicas sejam adequadas às suas necessidades.

- **Transporte Público Adaptado:** Garantir que o transporte público seja adaptado para atender as necessidades das pessoas idosas, com motoristas capacitados e conscientes sobre a importância do cuidado com essa população.
- **Infraestrutura Urbana Inclusiva:** Implementar melhorias na infraestrutura urbana, como faixas de pedestres, semáforos com tempo adequado, rampas de acessibilidade e calçadas adaptadas, garantindo que a cidade seja segura e acolhedora para todos.

2. Visibilidade e Reconhecimento da Pessoa Idosa:

- **Cidade Acolhedora:** Promover a visibilidade e o reconhecimento das pessoas idosas em cada local da cidade, tornando Vilhena uma cidade acolhedora que valoriza seus idosos.
- **Gratuidade no Transporte Interestadual:** Garantir o cumprimento do Decreto 5.130/2004, que assegura a gratuidade e reserva de dois assentos no transporte rodoviário interestadual para pessoas idosas.

3. Educação:

- **Alfabetização de Idosos:** Implementar um programa especial de alfabetização para idosos, reconhecendo que a maioria dos analfabetos no Brasil tem 60 anos ou mais.
- **Inclusão Digital:** Desenvolver programas de inclusão digital para idosos, capacitando-os a utilizar novas tecnologias e participar de forma ativa na sociedade digital.

POLÍTICAS DE CUIDADO

Garantir Direitos aos que São Cuidado e aos que Cuidam

O cuidado é um direito universal e uma necessidade inerente a todas as pessoas. Ele também representa um trabalho cotidiano fundamental para a produção de bens e serviços essenciais à reprodução e à sustentação da vida, bem como para a garantia do bem-estar das pessoas. Sem o cuidado, a força de trabalho, a economia, as instituições e as sociedades não podem funcionar. Grande parte desse trabalho de cuidados é realizado de forma não remunerada, predominantemente por mulheres, especialmente as mais pobres, negras, residentes em áreas rurais e periferias urbanas.

Além disso, as mulheres, especialmente as negras, constituem a maior parte da força de trabalho remunerada dedicada aos cuidados, incluindo trabalhadoras domésticas, cuidadoras de pessoas idosas e com deficiência, bem como profissionais em instituições como creches, escolas, centros-dia e outros serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social. Quase 75% dos 18 milhões de postos de trabalho no Brasil são ocupados por mulheres, com 45% desses postos sendo ocupados por mulheres negras. Isso demonstra que o trabalho de cuidados no Brasil não é apenas feminizado, mas também profundamente racializado.

As políticas integrais de cuidados são cruciais para assegurar o direito de ser cuidado, de cuidar e de praticar o autocuidado. Elas são também essenciais para promover a autonomia econômica das mulheres e superar a fome, a pobreza e as desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira. A grande inovação dessas políticas reside no cuidado simultâneo de quem precisa de cuidados e de quem cuida.

Reconhecendo a urgência de garantir o direito ao cuidado para toda a população brasileira, o governo do Presidente Lula criou uma Política Nacional de Cuidados. Essa política foi desenvolvida

por um Grupo de Trabalho Interministerial, composto por 20 ministérios, instituído pelo Decreto 11.460/2023. Esta política nacional deve ser fortalecida e complementada por políticas municipais de cuidado.

DIRETRIZES:

Direito ao Cuidado para Todos que Necessitam

O direito ao cuidado, entendido como um direito universal, deve ser garantido de forma progressiva e sem retrocessos, por meio de um conjunto de ações, objetivos e metas que visem tanto as pessoas que necessitam de cuidados quanto aquelas que cuidam, com foco em públicos prioritários:

- **Crianças e Adolescentes:** Com especial atenção à primeira infância.
- **Pessoas Idosas:** Que necessitam de assistência, apoio e auxílio para realizar atividades básicas e instrumentais da vida diária.
- **Pessoas com Deficiência:** Que precisam de assistência, apoio e auxílio para desenvolver as atividades básicas e instrumentais da vida diária.
- **Trabalhadores/as do Cuidado:** Tanto os remunerados quanto os não remunerados.

Principais Ações:

- **Ampliação da Cobertura e Jornada das Creches e da Educação Infantil:** Expandir a cobertura e estender o horário de atendimento nas creches e na educação infantil.
- **Atividades de Contraturno Escolar:** Implementar e expandir atividades extracurriculares que complementem o horário escolar.
- **Serviços de Atenção Domiciliar, Centros-Dia e Instituições de Longa Permanência:** Criar e expandir a cobertura desses serviços para pessoas idosas e com deficiência.
- **Transferências Monetárias:** Para facilitar a contratação de serviços de cuidado, garantindo que as famílias possam acessar esses serviços.
- **Definição e Fiscalização de Padrões de Qualidade:** Estabelecer e garantir a qualidade dos serviços públicos e privados de cuidado.
- **Ampliação do Acesso a Tecnologias Assistivas:** Promover a disseminação e o acesso a tecnologias que auxiliem no cuidado das pessoas que delas necessitam.

SAÚDE COMO DIREITO E A DEFESA DO SUS

A saúde deve ser vista como um direito humano fundamental, garantido pela Constituição e responsabilidade do Estado, com financiamento adequado do Sistema Único de Saúde (SUS). As políticas de saúde devem assegurar o desenvolvimento humano integral, respeitando as especificidades de gênero, classe social, raça, etnia, religião e condições de trabalho. As diretrizes para os próximos anos municipais incluem:

- **Fortalecimento da Atenção Básica:** Ampliar a Estratégia Saúde da Família e reorganizar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF/e-multi), além de expandir o número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para garantir um acolhimento humanizado desde os locais de moradia e trabalho.

- **Garantia de Acesso à Rede de Atenção Especializada:** Implementar o programa "Mais Acesso a Especialistas" e outras políticas do Ministério da Saúde para eliminar gargalos e filas de espera em consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas.
- **Informatização da Rede de Saúde:** Integrar a telessaúde à atenção básica e outros serviços do SUS, promovendo a modernização e eficiência do sistema.
- **Proteção e Promoção da Saúde:** Fortalecer ações de vigilância sanitária e epidemiológica, além de programas de alimentação e nutrição.
- **Saúde do Trabalhador:** Regular, monitorar e fiscalizar as condições de saúde humana e ambiental, com reconhecimento das dinâmicas territoriais e participação ativa da comunidade.
- **Ampliação do Programa Nacional de Imunizações:** Mobilizar amplamente para garantir cobertura vacinal superior a 95% e combater as fake news e o movimento antivacina.
- **Enfrentamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT):** Priorizar o combate ao câncer e doenças cardiovasculares, promovendo prevenção e diagnóstico precoce.
- **Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças:** Implementar políticas que abordem os principais fatores de risco, incentivando alimentação saudável, atividade física, controle da diabetes, hipertensão arterial, tabagismo e uso nocivo de agrotóxicos.
- **Ações Intersetoriais:** Enfrentar problemas como violência, acidentes de trânsito e trabalho, poluição, fome, obesidade e sedentarismo por meio de políticas integradas.
- **Fortalecimento da Rede de Urgência:** Implementar efetivamente o SAMU e qualificar as Unidades de Pronto Atendimento (UPA).
- **Reestruturação da Rede de Atenção Hospitalar:** Ampliar leitos em regiões carentes, integrar hospitais universitários, filantrópicos e privados em redes de atenção, e fortalecer os instrumentos de contratação e regulação pública.
- **Promoção da Saúde Mental:** Orientar as políticas municipais com base nos princípios da Reforma Psiquiátrica e no respeito aos Direitos Humanos.
- **Controle do Uso Abusivo de Alcool e Outras Drogas:** Fortalecer a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos direitos humanos.
- **Fortalecimento do Programa Farmácia Popular:** Expandir a Farmácia Viva, Fitoterápicos e a política nacional de assistência farmacêutica para assegurar acesso qualificado aos medicamentos.
- **Apoio ao Programa Brasil Sorridente:** Assegurar assistência integral à saúde bucal.
- **Fortalecimento da Participação Popular e Controle Social:** Promover a participação democrática nas decisões sobre políticas de saúde por meio de Conferências e Conselhos municipais, assegurando transparência e ampliação da defesa do SUS.
- **Gestão Pública e Descentralização do SUS:** Investir na regionalização, pactuação tripartite de compromissos e valorização das Secretarias Municipais de Saúde como gestoras e produtoras de políticas públicas.

- **Valorização dos Trabalhadores da Saúde:** Garantir vínculos protegidos, condições dignas de trabalho, e retomar as mesas permanentes de negociação coletiva no plano municipal.
- **Educação Permanente na Saúde:** Promover mudanças na formação dos profissionais de saúde, articulando universidades, instituições de ensino, gestão pública, serviços de saúde, trabalhadores e movimentos sociais.
- **Garantia de Sustentabilidade do SUS:** Assegurar os mínimos constitucionais de 15% da arrecadação de impostos dos municípios para o financiamento pleno das ações e serviços do SUS.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME

Em 2014, o Brasil comemorou sua saída do Mapa Mundial da Fome, mas essa conquista foi rapidamente perdida, e, em 2022, 33 milhões de brasileiros enfrentaram a fome. Com a nova gestão do governo Lula, 24 milhões de brasileiros foram retirados dessa situação até o final de 2023. A fome, reconhecida como um problema público, social e estrutural, deve ser combatida de forma conjunta pelos municípios, estados, governo federal e sociedade civil.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vai além do combate à fome. Ela visa a criação de sistemas alimentares sustentáveis e inclui ações relacionadas à produção de alimentos saudáveis, acesso a alimentos e água de qualidade, educação alimentar e nutricional, preços acessíveis, redução da obesidade, desperdício de alimentos e uso de agrotóxicos.

A política de SAN é intersetorial, envolvendo saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário e abastecimento. Exemplos incluem:

- **Educação:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- **Saúde:** Bancos de Leite
- **Assistência Social:** Cestas básicas e transferências de renda (Bolsa Família e BPC)
- **Desenvolvimento Agrário:** Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
- **Abastecimento:** Bancos de Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 2006, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que formula e implementa políticas de SAN e promove a integração entre governo e sociedade civil. Em 2010, o Direito à Alimentação foi incluído na Constituição Federal como um direito irrevogável. O SISAN é composto pelas Câmaras Intersetoriais de SAN (CAISANs) e Conselhos de SAN (CONSEAs) em todas as esferas de governo.

Para fortalecer o SISAN e implementar a Política Nacional de SAN, são necessárias ações locais, como:

Município sem Fome:

- **Cestas Verdes:** Distribuição de cestas com produtos da agricultura familiar, como abóbora, tomate, mandioca, cebola, cenoura e folhagens, adquiridos por meio do PAA.
- **Restaurantes Populares:** Oferecer refeições balanceadas a preços acessíveis.
- **Cozinhas Comunitárias:** Disponibilizar refeições prontas diretamente nos bairros e comunidades.

- **Plantio de Árvores Frutíferas:** Envolver a comunidade no plantio em escolas públicas, praças e terrenos públicos, além de incentivar o plantio em espaços privados.

Alimentação Saudável no Município:

- **Campanhas de Promoção da Alimentação Saudável:** Incentivar hábitos alimentares saudáveis.
- **Feiras de Orgânicos ou Agroecológicas:** Apoiar a criação e manutenção de feiras que comercializem produtos livres de agrotóxicos.
- **Programa Baldinho:** Distribuir matéria orgânica produzida a partir de lixo orgânico para hortas e produção de alimentos nas cidades.
- **Hortas Urbanas:** Implementar ações de agricultura em espaços públicos, fornecendo sementes, água e energia.
- **Território Sem Agrotóxico:** Estabelecer áreas onde o uso de agrotóxicos é proibido, incentivando a produção sustentável de alimentos saudáveis.

Adesão ao Programa Brasil Sem Fome (BSF):

- Meta de retirar o país do Mapa da Fome até 2030, com 80 ações e programas. Para participar, o município deve assinar o Termo de Adesão com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Adesão aos Programas Federais de SAN:

- Participação em programas como o PAA, Alimenta Cidades, Programa Nacional de Alimentação no SUAS, Inclusão Produtiva e Capacitação Profissional, Fomento Rural e a Política de Agroecologia.

TRABALHO

1. Eliminação de Discriminação e Promoção da Igualdade:

- Implementar ações que eliminem todas as formas de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo o respeito aos direitos dos trabalhadores e ampliando a igualdade de gênero e raça.

2. Programas de Trabalho e Renda:

- Criar e implementar programas que assegurem trabalho e renda, tanto de forma direta quanto através de investimentos públicos em áreas estratégicas, gerando novas oportunidades de emprego.

3. Fomento às Cooperativas:

- Promover a formação e fortalecimento de cooperativas sociais e de trabalho, oferecendo estratégias de formação, capacitação e assessoria técnica para a execução de políticas públicas.

4. Incentivo à Agricultura Familiar:

- Ampliar os programas de aquisição de alimentos saudáveis e incentivar a agricultura familiar, apoiando iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5. Facilitação de Crédito para Pequenos Negócios:

- Prover acesso ao crédito facilitado e desburocratizado para pequenos negócios, micro e pequenas empresas. Incluir as cooperativas de crédito como operadoras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e criar um fundo específico para o acesso de agroindústrias e cooperativas, com a possibilidade de pagamento em produtos ou recursos financeiros.

6. Incentivo às Compras Públicas:

- Desenvolver um Programa Municipal de Incentivo às Compras Públicas das cooperativas, possibilitando a formação de consórcios de cooperativas para participação em editais públicos.

7. Participação Social:

- Ampliar a participação social em Conselhos Municipais e criar o Conselho Municipal de Economia Solidária, promovendo o diálogo e a cooperação entre governo e sociedade civil.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA GESTÃO PÚBLICA

1. Políticas de Trabalho, Educação e Renda (TER):

- As políticas devem definir itinerários formativos que permitam ao beneficiário conhecer, vivenciar e experimentar todas as etapas de uma atividade profissional ou de prestação de serviços. Oferecer uma contribuição financeira ao aluno durante o período de formação, permitindo que ele se dedique integralmente ao processo.

2. Estrutura dos Cursos:

- Os cursos terão uma duração mínima de 6 meses e máxima de 2 anos, e incluirão práticas comunitárias, capacitação ocupacional em atividades de utilidade pública e coletiva, formação de empreendimentos populares ou grupos de economia solidária, estágios em empresas e organizações, experimentação técnico-profissional e acesso a cursos preparatórios para o ensino superior.

3. Incentivo à Contratação:

- Promover iniciativas públicas que incentivem a contratação dos beneficiários dos itinerários formativos, valorizando a experiência adquirida durante o processo de formação.

4. Exemplos de Itinerários Formativos:

- Alguns exemplos incluem o itinerário "Merenda Escolar", restaurantes-escola, e atividades desenvolvidas pelas Secretarias de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, entre outras.

TURISMO

A Importância do Turismo

O turismo é uma das principais atividades econômicas do século XXI, representando de 1% a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No nível municipal, o turismo atua como um motor de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Ele dialoga com a diversidade cultural, a

preservação ambiental, as diversidades de gênero e raça, e as populações originárias, fortalecendo a identidade e a economia local.

Integração das Agendas

1. Gestão Participativa do Turismo:

- Reposicionar o turismo de maneira que a gestão pública seja participativa, por meio da criação ou fortalecimento de Conselhos Municipais, câmaras temáticas, consórcios, e instâncias de governança locais. Isso permitirá a escuta ativa da população e a integração de suas demandas na formulação de políticas.

2. Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR):

- Fortalecer o COMTUR, apoiando ações que promovam sua atuação efetiva e contínua, garantindo que a população local tenha voz nas decisões sobre o desenvolvimento turístico.

3. Plano Municipal de Turismo:

- Elaborar um Plano Municipal de Turismo que seja adequado à realidade local, fortalecendo a identidade turística da região. Esse plano deve considerar a oferta turística como um conjunto de equipamentos, bens, serviços, e também seus aspectos artísticos, culturais e sociais.

4. Orçamento para o Desenvolvimento Turístico:

- Destinar um orçamento específico para o desenvolvimento do turismo no município, aplicando-o de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Turismo.

5. Diversificação do Turismo:

- Ampliar a visão do turismo para além do lazer, incluindo vertentes como turismo de saúde, de negócios, de estudos, entre outros. Estas iniciativas podem ser orientadas pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MTUR).

6. Parcerias e Cooperação Regional:

- Manter um diálogo constante com as esferas estadual e federal, através das Secretarias de Estado e do Ministério do Turismo, para criar parcerias e programas que beneficiem o município. Além disso, é importante dialogar com prefeitos e vereadores das cidades vizinhas para desenvolver roteiros regionais e iniciativas cooperadas.

7. Turismo como Ferramenta de União:

- Estimular a compreensão do turismo como uma ferramenta importante de união entre povos e respeito às diferentes regiões, promovendo o intercâmbio cultural e a inclusão social.

8. Identificação de Pólos de Desenvolvimento:

- Identificar, nos planos municipais, os pólos de desenvolvimento em áreas como hotelaria, alimentação, transportes, e atrativos diversos. Usar uma linguagem simples e acessível para garantir que essas informações sejam compreendidas por todos.

9. Inclusão Social no Turismo:

- Promover a inclusão social no turismo, através de ações políticas que envolvam as comunidades locais e ampliem a participação das camadas sociais no setor. Propor pólos turísticos que visem melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas e fortalecer as ações políticas voltadas para diferentes grupos.